BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS – Julho-Agosto-Setembro de 2013 - ISSN 2175-9103 Nº60

Boletim 60
Data: Julho-Agosto-Setembro/2013

EDITORIAL

O Boletim que ora apresentamos é uma edição especial com os resumos das apresentações dos bolsistas pesquisadores na 24ª edição da UERJ Sem Muros, no intuito de divulgar as linhas de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC). Confiram estes textos nas Colunas *Espaço Aberto*.

Também neste número, o leitor poderá encontrar artigos que elucidam problemáticas cruciais de nossa atualidade. Nas Colunas *Em Foco* recomendamos a leitura a excelente texto de Eric Nepomuceno sobre o tratamento desrespeitoso dado ao presidente Evo Morales por governos europeus, em virtude de pressões dos Estados Unidos. Você poderá conferir também informes sobre: 1) a posição da UNASUL condenando a possibilidade de uma intervenção unilateral na Síria; 2) o significado diplomático da atuação de médicos cubanos nos países latino-americanos; 3) as polêmicas leis sancionadas por Mujica, no Uruguay; 4) e a retomada das negociações com as FARC na Colômbia.

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire

Dra. Andreia de Souza de Carvalho

Em Foco I

Evo Morales, a América Latina e a afronta da prepotência

Não satisfeitos em afundar num lodaçal econômico arrasando conquistas sociais de décadas, alguns países europeus acreditam que ainda podem exibir as galas da impertinência imperial. Fazem um jogo de espelhos, em que a realidade é refletida pelo avesso: se submetem, vergonhosamente, aos desígnios do império norte-americano, enquanto agem com a América Latina como o império que alguma vez souberam ser.

Por Eric Nepomuceno. 09/07/2013

Um amigo bem humorado costuma dizer que há limite para tudo nessa vida, até mesmo para retirar dinheiro em caixa eletrônico. Pode ser. Mas, pelo que o mundo acaba de ver, alguns países da Europa decretaram que não há limite para nada no horizonte da sua prepotência.

Não satisfeitos em afundar num lodaçal econômico arrasando conquistas sociais de décadas e décadas, acreditam que ainda podem exibir as galas da impertinência imperial. Fazem um jogo de espelhos, em que a realidade é refletida pelo avesso: se submetem, vergonhosamente, aos desígnios do império norte-americano, enquanto agem com a América Latina como o império que alguma vez souberam ser.

O que fizeram há poucos dias com o presidente boliviano Evo Morales é uma afronta inadmissível. Entre a falta de hombridade dos governos da França, de Portugal e da Itália, e a empáfia insuportável do governo espanhol, escancarou-se a face abjeta da submissão. Os mesmos países que cantam de galo protestando contra a espionagem desvairada do governo de Barack Obama, que dizem ser inadmissível, se curvam de maneira vexaminosa aos ventos soprados de Washington.

É verdade que Evo Morales tem o perfil traçado sob medida para que os europeus façam o que fizeram, especialmente os espanhóis: é latino-americano, é de esquerda, é indígena e, para culminar, preside um país chamado Bolívia. Na cabeça destrambelhada dos governantes europeus, a soma desses fatores tornava o presidente boliviano em algo pronto para ser desrespeitado.

O relato de Evo Morales é assombroso. Minutos antes de entrar no espaço aéreo francês – o plano de voo do avião presidencial previa a rota que, no espaço aéreo europeu, ia da Rússia até Portugal – o comandante do avião foi avisado de que a permissão havia sido cancelada. Ato contínuo, foi a vez da Itália fazer a mesma coisa. Não havia combustível suficiente para voltar a Moscou. Foi preciso fazer um pouso de emergência em Viena, capital da Áustria.

Mais humilhações esperavam pelo presidente dos bolivianos: Alberto Carnero, o fulano que exerce o cargo de embaixador da Espanha, resolveu entrar no avião. Queria confirmar que Evo Morales não estava levando Edward Snowden para a Bolívia. Sem fazer pessoalmente essa verificação, o avião presidencial boliviano já não poderia fazer a escala técnica de reabastecimento nas Ilhas Canárias. Foi impedido. Sugeriu que o presidente boliviano falasse com o vice-chanceler espanhol. Vendo que a empáfia superava qualquer absurdo, Evo Morales respondeu que se fosse para falar com alguém, que o primeiro-ministro Mariano Rajoy ligasse para ele.

O fulano teve que se contentar em aceitar a palavra de Morales. Pensando bem, deve ter sido difícil para ele: afinal, a palavra do seu chefe, Mariano Rajoy, não vale nada. Mente com a mesma facilidade com que troca de camisa.

Um avião presidencial é como uma embaixada. É território soberano. O que França, Itália e Portugal e principalmente a Espanha fizeram viola um compêndio inteiro de tratados e convenções internacionais. E rompe marcas olímpicas de prepotência e indecência.

Tudo isso, para agradar Barack Obama e seu governo. Tudo isso para ter certeza que Edward Snowden não estaria indo para a Bolívia. Não estava. E se estivesse? Como iriam arrancá-lo do avião presidencial, que, vale reiterar, é, por convenções internacionais, território soberano do país?

Bem, e o quê fazer agora com Snowden, o técnico terceirizado, especialista em computação, que denunciou ao mundo um escândalo de dimensões enormes que desgastou ainda mais o desacreditado governo de Obama?

Ele está, desde o domingo 23 de junho, em Moscou. Dizem que na área reservada aos passageiros em trânsito do aeroporto internacional da capital russa. Dizem. O mais provável é que esteja recolhido em alguma casa de protocolo reservada a visitantes ilustres.

Uma coisa parece cada vez mais certa: o presidente Vladimir Putin (aliás, veterano dos serviços secretos da antiga União Soviética) não vai extraditar Snowden. Não quer, é verdade, entrar em conflito com Washington. Mas tampouco pode entregar quem revelou barbaridades do mesmo governo, o de Barack Obama, que o persegue com sanha especial.

Depois de ter pedido asilo a 21 países – o Brasil inclusive – e ter recebido como resposta o silêncio, a recusa ou condições para ele inaceitáveis, Snowden recebeu garantias de asilo de pelo menos três países, a Venezuela, a Nicarágua e, depois do que fizeram com o presidente Morales, a própria Bolívia.

Agora, o problema é outro: como chegar a esses países? Não há voos diretos de Moscou para nenhum deles. A única possibilidade é ir via Havana, para onde sim há voos diretos.

Supondo que Cuba faça o que dela se espera, e autorize que Snowden viaje via Havana, é quase certo que apareça outro problema: que os mesmos governos servis da Europa que impediram que o avião presidencial boliviano passasse pelo seu espaço aéreo agora impeçam a passagem de um voo comercial Moscou-Havana.

A hipocrisia pode se repetir: os mesmos governos que se queixam de terem sido espionados por Obama podem agora impedir que o homem que revelou essa invasão saia de Moscou. Essa incongruência, que levou os governos de Portugal, da França, da Itália e da Espanha a violar normas e acordos internacionais, pode facilmente acontecer de novo.

O que Snowden fez foi optar, em termos éticos e morais, entre defender os direitos institucionais de cidadãos do mundo inteiro e os interesses de quem pagava seu salário. Escolheu a decência, correndo seus riscos. Os governos europeus preferiram a indecência da submissão.

E enquanto isso, conforme vai gotejando informações, Snowden assombra o mundo. Assombra um mundo impotente, que vê como o império seriado em Washington bisbilhota a vida de todos. E assombra ao deixar evidente a servil submissão de uma Europa desmilinguida, mas ainda e sempre pernóstica, impertinente, prepotente.

Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=22328

Em Foco II

Unasul: chanceleres aprovam declaração contra ação unilateral na Síria

Por redação, 30/08/2013

PARAMARIBO (SURINAME) - Os 12 países da União de Nações Sul Americanas (Unasul) vão emitir, nesta sexta-feira, 30, uma declaração condenando a possibilidade de uma intervenção unilateral na Síria. O texto não menciona explicitamente os Estados Unidos, embora faça referência indireta a esse país, que ameaça com a possibilidade de um ataque.

A declaração com seis itens foi discutida hoje pelos chanceleres, mas ainda precisa ser aprovada pelos presidentes dos 12 países da Unasul, que se reúnem em uma cúpula em Paramaribo, capital do Suriname.

No texto, a Unasul "condena as intervenções externas que sejam incompatíveis com a Carta das Nações Unidas" e repudia "o desenvolvimento de estratégias intervencionistas de todo tipo".

Também "exige o cessar imediato da violência, a suspensão do envio de todo tipo de armamento por parte de outros países ao território sírio, o respeito ao direito internacional humanitário e o início do diálogo entre as partes". Faz, ainda, "um chamado ao secretário geral das Nações Unidas para manter suas gestões e aprofundar seus esforços para alcançar o fim do conflito".

Em outro item, a Unasul "exorta todas as partes a cooperar com a missão de investigação da ONU na Síria e urge ao Conselho de Segurança da ONU que, com base no relatório [dessa missão], contribua para estabelecer condições para que cessem as agressões".

O texto também condena o uso de armas químicas, classificando-o como “um crime de guerra e de lesa humanidade”, e pede que o tema seja tratado à luz do direito internacional, de maneira “imparcial e transparente”.

Fonte: http://www.valor.com.br/brasil/3254054/unasul-chanceleres-aprovam-declaracao-contra-acao-unilateral-na-siria

Em Foco III

Médicos cubanos: avança a integração da América Latina!

Por Beto Almeida, Diretor da Telesur, 30/08/2013

“O que brilha com luz própria , ninguém pode apagar
Seu brilho pode alcançar a escuridão de outras costas
Que pagará este pesar do tempo que se perdeu....
Das vidas que nos custou e das que nos podem custar..
O pagará a unidade dos povos em questão....
E a quem negar esta razão, a história condenará...”

Canción por La Unidad Latinoamericana
Pablo Milanez

Não faltaram emoção, lágrimas e dignidade na chegada dos 176 médicos cubanos, que desembarcaram, neste sábado (24) à noite em Brasília (DF), para um trabalho indispensável em municípios brasileiros, mais de 700, ainda sem qualquer assistência médica. Quando aqueles cidadãos cubanos, muitos deles negros, muitas mulheres, com bandeirolas brasileiras e cubanas nas mãos, pisaram o solo brasileiro, ali estava o retrato do enorme progresso social, educacional e sanitário alcançado pela Revolução Cubana. Mas, também, uma prova concreta de que a integração da América Latina está avançando; não é só comércio, é também saúde. O Brasil coopera com Cuba na construção do Complexo Portuário de Mariel – sua mais importante obra de infraestrutura atualmente –, e Cuba coopera com o Brasil preenchendo uma lacuna imensa, a falta de médicos.

A campanha conservadora contra a integração latino-americana sofrerá um revés tremendo quando o programa Mais Médicos começar a apresentar seus efeitos concretos. Esses resultados terão a força para revelar o teor medieval das críticas feitas pelas representações médicas e pela mídia teleguiada pela publicidade da indústria farmacêutica.

Volumosa desinformação

Tendo em vista o volume de desinformação que circulou contra a vinda de médicos estrangeiros, mas contra os médicos cubanos em especial, é obrigatório travar a batalha das ideias, primeiramente, em defesa da Revolução Cubana como uma conquista de toda a humanidade. Cercada, sabotada e agredida, a Revolução Cubana, que antes de 1959 possuía os mais tenebrosos indicadores sociais, analfabetismo massivo, mortalidade infantil indecente, desemprego e atraso social generalizado, consegue libertar-se da condição de

colônia e, mesmo sem ter uma base industrial como a brasileira por exemplo, passa a exportar médicos, professores, vacinas, desportistas. Exporta, principalmente, exemplos!

Esse salto histórico da Revolução Cubana deixa desconcertada a crítica, seja emanada pela mídia colonizada pelas lucrativas transnacionais fabricantes de farmacos ou equipamentos hospitalares, seja a crítica da oligarquia difundida pelas representações médicas. Os que questionam a qualidade da formação profissional dos médicos cubanos são desafiados a responder por que a mortalidade infantil em Cuba é das mais baixas do mundo, sendo inferior, inclusive, àquela registrada no Estado de Washington, nos EUA.

Cuba e a libertação africana

Vale lembrar que Cuba possuía, antes de 1959, pouco mais de 6 mil médicos, dos quais a metade deixou o país porque não queria perder privilégios, nem concordava com a socialização da saúde. Apenas cinco décadas depois, é esta mesma Cuba que tem capacidade de exportar milhares de médicos para socorrer o povo brasileiro de uma indigência grave construída por um sistema de saúde ainda determinado pelos poderosos interesses das indústrias hospitalar, farmacêutica e de equipamentos, que privilegiam a noção de uma medicina como um negócio, uma atividade empresarial a mais, não como um direito, como determina nossa Constituição.

Já em 1963, quando a Revolução na Argélia precisou, iniciou-se a prática cubana de enviar brigadas médicas aos povos irmãos. Ensanguentada pela herança da dominação francesa, a Revolução Argelina encontrou em Cuba a fraternidade concreta, quando ainda não havia na Ilha um contingente médico tão numeroso como o existente atualmente. Predominou sempre na Revolução Cubana a ideia de que em matéria de solidariedade internacional compartilha-se o que se tem, não o que lhe sobra. Foi exatamente ali, na Argélia, que se estabeleceram laços indestrutíveis entre a Revolução Cubana e os diversos movimentos de libertação da África. A partir de então, Cuba participou com brigadas militares e médicas em diversos processos de libertação nacional do continente. De tal sorte que, em 1966, a primeira campanha de vacinação contra a poliomielite realizada no Congo foi organizada por médicos cubanos! Os CRMs conhecem esta informação? Sabem que a poliomielite foi erradicada em Cuba décadas antes do Brasil fazê-lo?

Será o Revalida capaz de avaliar a dimensão libertadora da medicina cubana?

Quando Angola foi invadida por tropas do exército racista da África do Sul, baseado nas supremas leis do internacionalismo proletário, Agostinho Neto, presidente angolano, também médico e poeta, solicitou a Fidel Castro ajuda militar para garantir a soberania da nação africana. Uma das mais monumentais obras de solidariedade foi realizada por Cuba que, ao todo, enviou a Angola cerca de 400 mil homens e mulheres para, ao lado dos angolanos e namíbios, expulsar as tropas imperialistas sul-africanas tanto de Angola como da Namíbia. E sob a ameaça de uma bomba atômica, que Israel ofereceu à África do Sul argumentando que as tropas cubanas tinham que ser dizimadas porque pretendiam chegar até Pretória..... Na heroica Batalha de Cuito Cuanavale – que todos os jornalistas, historiadores e militantes deveriam conhecer a fundo – lá estavam as tropas cubanas, mas lá estavam também as brigadas médicas de Cuba, que se espalharam por vários pontos de Angola. A vitória de Angola e da Namíbia contra a invasão da África do Sul foi também a derrota do regime do Apartheid. Citemos Mandela: “A Batalha de Cuito Cuanavale foi o começo do fim do Apartheid. Devemos o fim do Apartheid a Cuba!”.

Qual exame Revalida será capaz de dimensionar adequadamente o desempenho de um médico cubano em Cuito Cuanavale, com sua maleta de instrumentos numa das mãos e na outra uma metralhadora, livrando a humanidade da crueldade do Apartheid? Como dimensionar o bem que o fim do Apartheid, com a decisiva participação cubana, proporcionou para a saúde social da História da Humanidade?

As crianças de Chernobyl em Cuba

O sentido de solidariedade internacionalista está tão plasmado na sociedade cubana que, quando aquele terrível acidente ocorreu na Usina Nuclear de Chernobyl, em 1986, o Estado cubano recebeu das organizações dos Pioneiros – que congregam crianças e adolescentes cubanos – a proposta de oferecer tratamento médico às crianças contaminadas pela radioatividade vazada no desastre. Um documentário realizado pelo extinto Programa Estação Ciência, dirigido pelo jornalista Hélio Doyle, exibido com frequência na TV Cidade Livre de Brasília, registra como Cuba compartilhou seus recursos médicos e hospitalares, mas, sobretudo, sua fraterna solidariedade com cerca de 3 mil crianças russas que foram levadas para tratamento

na Ilha, nas instalações dos Pioneiros, em Tarará. Destaque-se, primeiramente, que a ideia partiu dos Pioneiros. Segundo, que Cuba não se colocava na condição de doadora, mas apenas cumprindo um dever solidário. Lembravam que o povo soviético havia sido solidário com Cuba quando os EUA iniciaram o bloqueio contra a Ilha cortando a cota de petróleo e do açúcar, suspendendo o comércio bilateral, na década de 1960. A URSS passou a comprar todo o açúcar cubano, pelo dobro do preço do mercado internacional, e a abastecer Cuba de petróleo, pela metade do preço de mercado mundial. São páginas escritas, em uma outra lógica, solidária, fraterna, socialista. É de se imaginar o quanto os dirigentes das representações médicas brasileiras poderiam aprender com aquelas crianças cubanas que ofertaram tratamento às 3 mil crianças russas, um contingente menor que o de médicos cubanos que virão para o Brasil.

Impublicável

A cooperação entre Brasil e Cuba, em matéria de saúde, não está iniciando-se agora. Durante o governo Sarney, recém restabelecidas as relações bilaterais, em 1986, foram as vacinas cubanas contra a meningite que permitiram ao nosso país enfrentar aquele surto. Na época, a mídia teleguiada também fez uma sórdida campanha contra o governo Sarney, primeiro por reatar as relações, mas também por comprar grandes lotes da vacina desenvolvida pela avançada ciência de Cuba. De modo venenoso, tentou-se desqualificar as vacinas, afirmando serem de qualidade duvidosa, tal como agora atacam a medicina cubana. Na época, foram as vacinas cubanas que permitiram controlar aquele surto e salvar vidas. Mas também trouxeram, por meio do exemplo, a possibilidade de que aprendêssemos um pouco dos valores e das conquistas de uma revolução. Afinal, por que um país com poucos recursos, com uma base industrial muito mais reduzida, conseguia não apenas elevar vertiginosamente o padrão de saúde de seu povo, mas também desenvolver uma tecnologia com capacidade para produzir e exportar vacinas, enquanto o Brasil, com uma indústria muito mais expandida, capaz de produzir carros, navios e aviões, não tinha capacidade para defender seu próprio povo de um surto de meningite? São sagradas as prioridades de uma revolução. E é por isso que, ainda hoje, a sexta maior economia do mundo se vê na obrigação de recorrer a Cuba para não permitir a continuidade de um crime social configurado na não prestação de atendimento médico a milhões de brasileiros.

Mais recentemente, quando a Organização Mundial da Saúde convocou a indústria farmacêutica internacional a produzir vacinas para combater um tenebroso surto de febre amarela que se espalhou pela África, obteve como resposta desta indústria o mais sonoro e insensível “não”. Os preços que a OMS podia pagar pelas vacinas não eram, segundo as transnacionais farmacêuticas, apetitosos. Milhões de vidas africanas passaram a correr risco, não fosse a cooperação entre dois laboratórios estatais: o Instituto Bio Manguinhos, brasileiro, e o Instituto Finley, cubano. Essa cooperação permitiu a produção, até o momento, de 19 milhões de doses da vacina que a África necessitava, a um preço 90 por cento menor que o preço do mercado internacional. Onde foi publicada esta informação? Apenas na Telesur e na imprensa cubana. A ditadura dos anúncios da indústria farmacêutica, que dita a linha editorial da mídia brasileira em relação ao programa Mais Médicos e à cooperação da medicina de Cuba, simplesmente impediu que o grande público brasileiro tomasse conhecimento desta importantíssima cooperação estatal brasileiro-cubana.

Os médicos cubanos e o furacão Katrina

Para dimensionar a inqualificável onda de insultos que os médicos cubanos vêm recebendo aqui na mídia oligárquica, lembremos um fato também sonegado por esta mesma mídia, que revela suas dificuldades monumentais para o exercício do jornalismo como missão pública. Quando ocorreu o trágico furacão Katrina, que devastou Nova Orleans, deixando uma população negra e pobre ao abandono, dada a incapacidade e o desinteresse do governo dos EUA em prestar-lhe socorro naquela oportunidade, também foi Cuba que colocou à disposição do governo estadunidense – malgrado toda a hostilidade ilegal deste para com a Ilha – um contingente de 1.300 médicos, postados no Aeroporto de Havana, com capacidade de chegar para prestar ajuda à população afetada pelo furacão. Aguardavam apenas autorização para o embarque, e em questão de 3 horas de voo estariam em Nova Orleans salvando vidas. Aguardaram horas, mas esta autorização nunca chegou da Casa Branca. A resposta animalesca do presidente George Bush foi um sonoro “não” à oferta de Cuba, o que tampouco foi divulgado pela mídia oligárquica, provavelmente para protegê-lo do vexame de ver difundido seu tosco caráter, que tal recusa representava. Os EUA estão sempre prontos para enviar militares e mercenários pelo mundo, mas são incapazes de prestar ajuda ao seu próprio povo, e também arrogantes o suficiente para permitir uma ajuda de Cuba à população pobre e negra afetada pelo furacão.

Uma Escola de Medicina para outros povos

Também não circulam informações aqui de que Cuba, após o furacão Mity, que devastou a América Central e parte do Caribe, decidiu montar uma Escola Latino-americana de Medicina que, em pouco mais de 10 anos de funcionamento, já formou mais de 10 mil médicos estrangeiros gratuitamente. Entre eles, 500 jovens negros e pobres dos EUA, moradores dos bairros do Harlem e do Brooklin, de elevados índices de violência. Eles me revelaram que se tivessem continuado a viver ali, eram fortes candidatos a serem presa fácil do narcotráfico. Frisavam que estar ali em Cuba, formando-se em medicina gratuitamente, era uma possibilidade que a maior potência capitalista do mundo não lhes oferecia. Há, estudando na ELAM, cerca de uma centena de jovens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), filhos de assentados da reforma agrária. Isto significa que Cuba compartilha com vários países do mundo seus modestos recursos. Também estudam lá cerca de 600 jovens do Timor Leste, sendo que existem 40 médicos cubanos trabalhando já agora no Timor. O tipo de exame Revalida seria capaz de dimensionar esta solidariedade cubana com a saúde dos povos?

Ampliar a integração em outras áreas

Também não se divulgou por aqui que Cuba montou três Faculdades de Medicina na África, (Eritreia, Gambia e Guiné Equatorial), em pleno funcionamento, com professores cubanos. Toda esta campanha de insultos contra Cuba e os médicos cubanos abre uma boa possibilidade para discutir e conhecer mais a fundo todas estas conquistas da Revolução Cubana, mas, especialmente, para que as forcas progressistas reflitam sobre quantas outras possibilidades de cooperação existem entre Brasil e Cuba, em muitas outras áreas.

Mas serve, também, para reavaliar a posição de certos parlamentares médicos da esquerda no Brasil que se opõem, inexplicavelmente, ao Programa Mais Médicos, alguns chegando ao absurdo de apresentarem projetos de lei proibindo, pelo prazo de 10 anos, a abertura de qualquer novo curso de medicina no Brasil. Cuba abre faculdades de medicina na África, parlamentares da esquerda brasileira – padecendo da doença senil do corporativismo tosco – propõe a não abertura de mais cursos de medicina aqui. Realmente, setores de nossa esquerda também precisam da cooperação médica cubana, a começar para curarem-se de espantosa desinformação acerca de Cuba!

Qualificar o debate sobre a integração

Enfim, um debate democrático e qualificado em torno do programa Mais Médicos, da presença de médicos cubanos aqui no Brasil e em mais de 70 países, e também sobre as conquistas da Revolução Cubana, deve ser organizado pelos partidos e sindicatos, pelo movimento estudantil, pelos movimentos sociais, pela Solidariedade a Cuba, pelas TVs e rádios comunitárias, como forma de impulsionar a integração da América Latina, que, neste episódio, está demonstrando o quanto pode ser útil à população mais pobre. A TV Brasil pode cumprir uma função muito útil, pode divulgar documentários já existentes sobre o trabalho de médicos em regiões inóspitas e adversas em diversos países.

É preciso expandir esta integração, avançar pela educação, pela informação, não havendo justificativas para que o Brasil ainda não esteja conectado com a Telesur, por exemplo, que tem divulgado amplo material jornalístico informando que três milhões e meio de cidadãos latino-americanos já foram salvos da cegueira graças à Operação Milagro, pela qual médicos cubanos e venezuelanos realizam, gratuitamente, cirurgias de cataratas em vários países da região. Isso não é notícia relevante? Enquanto o povo argentino, por exemplo, já pode sintonizar gratuitamente a Telesur, por sua TV digital pública, e informar-se de tudo isto, o povo brasileiro está impedido, praticamente, de receber informações que revelam o andamento da integração da América Latina. Mas, com a chegada dos médicos cubanos, a integração será cada vez mais pauta da agenda do debate político nacional e receberá, certamente, um impulso político e social notável, pois o povo brasileiro saberá, com nobreza e humanismo, valorizar e apoiar o Programa Mais Médicos. Aliás, é exatamente isto o que tanto apavora a medicina capitalista.

Há 70 mil engenheiros estrangeiros no Brasil hoje!

Segundo dados recentes do Ministério do Trabalho, existem hoje trabalhando no Brasil cerca de 70 mil engenheiros estrangeiros. Nenhuma gritaria foi feita. Neste caso, trata-se de petróleo e outros projetos, muito lucrativos para as transnacionais. Mas quando se trata de salvar vidas, acendem-se todas as fogueiras do inferno da nova inquisição contra uma cooperação que é lógica e indispensável, solidária e humanitária. Por que é aceitável a importação de telefones, equipamentos médicos, remédios, cosméticos, roupas, caviar, bebidas, vacinas e não se aceita a cooperação de médicos de Cuba, sendo este o único país em condições

objetivas de apresentar-se prontamente e de maneira eficaz com profissionais experimentados? Será que as representações médicas brasileiras possuem sequer uma remota ideia de que estão proferindo insultos a esta bela história da medicina socialista de Cuba?

Quem pagará a conta da demora?

A presidenta Dilma tem inteira razão em convocar os médicos cubanos, algo que já poderia ter sido feito há mais tempo, amenizando a dor e o sofrimento de milhões de brasileiros abandonados por um sistema de saúde e por uma mentalidade de parcelas das representações médicas que, por mais absurdo que pareça, ainda tentam justificar este abandono. Aliás, com a determinação da presidenta Dilma está absolutamente revelada a importância da integração da América Latina, não havendo justificativas para que esta modalidade de integração nas esferas sociais não avance também para outras áreas, como a educação, por exemplo. Foi exatamente com o método cubano denominado *"Yo, si, puedo"*, que Venezuela, Bolívia e Equador são países declarados pela UNESCO como "Territórios Livres do Analfabetismo", sempre com a participação direta de professores cubanos. Muito em breve será a Nicarágua, que vai recuperar aquele galardão, que já havia conquistado durante a Revolução Sandinista, mas depois perdeu na era neoliberal. Por quanto tempo o Brasil terá apenas projetos pilotos, em apenas três cidades, com o método de alfabetização cubano que, aliás, já tem absoluta comprovação e reconhecimento mundiais? Que espera a sexta economia do mundo em convocar ainda mais a cooperação cubana para erradicar o analfabetismo? Quem pagará a conta desta injustificável demora? Como diz a canção de Pablo, será paga pela unidade latino-americana. *Pero, cuantas vidas puede custar?*

Termino com a declaração da Dra. Milagro Cárdenas Lopes, cubana, negra, 61 anos: "Somos médicos por vocação, não nos interessa um salário, fazemos por amor", afirmou. Em seguida, dirigiu-se com seus companheiros para os ônibus organizados pelo Exército Brasileiro, que cuida de seu alojamento. Sinal eloquente de que a integração está escrevendo uma nova página na história da América Latina.

Fonte: http://www.brasildefato.com.br/node/25647

Em Foco IV

Uruguai surpreende o mundo com leis polêmicas

Por Redação, 16/09/2013

Carta na Escola
O Uruguai é um país com 3,5 milhões de habitantes, com a agricultura e a criação de gado como atividades econômicas principais, em que se vive um ritmo calmo de uma população madura. Seu sucesso futebolístico e as praias de veraneio trouxeram reconhecimento. Além de Carlos Gardel, cujo nascimento é disputado com a Argentina, músicos como Jaime Ross, Alfredo Zitarrosa e Daniel Viglietti fizeram brilhar a música uruguaia junto ao ritmo de candombe e as murgas (espécie de coral) de carnaval, herança afro-uruguaia hoje em vigor.
Agora o país rio-platense chama a atenção do mundo graças ao seu avanço em leis progressistas. Veremos em que consistem as mesmas, qual é o contexto político-histórico que permite entender o lugar vanguardista desse país em várias iniciativas e também quais são os obstáculos para aprovar medidas parecidas no Brasil.

Leis progressistas
Logo da chegada à Presidência de José "Pepe" Mujica, ex-guerrilheiro do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, que passou 14 anos preso durante a ditadura militar, a primeira lei que chamou a atenção foi a descriminalização do aborto. A coalizão governista Frente Ampla, pela qual Mujica teve acesso ao Senado antes de assumir a Presidência, já havia proposto em 2007 um projeto sobre o tema. Naquela época,

entretanto, o presidente Tabaré Vázquez – também da Frente Ampla – opõe-se ao voto do seu próprio partido. Com Mujica, em 2012, a lei foi aprovada.
O tema da interrupção da gravidez gerou forte oposição de setores religiosos, para quem o começo da vida se dá desde a concepção. Ainda assim venceram os que defendem a regulamentação do aborto, quando ainda não se atinge etapas avançadas da gestação, a fim de evitar procedimentos clandestinos, sem condições sanitárias e com frequentes consequências graves para a mãe, em especial as pertencentes à população pobre. Outro argumento tem a ver com a importância do planejamento familiar, pelos problemas sociais agravados por nascimentos não esperados, às vezes produto de estupro, casos nos quais os religiosos também se opõem. O direito e a liberdade de a mulher decidir sobre o seu corpo também é um dos argumentos do debate.
Os incentivadores da lei uruguaia propõem que o Estado controle a realização de abortos em mulheres com até 12 semanas de gestação, além de educação sexual que seja acessível a todos. Depois de seis meses em vigência, o ministro da Saúde anunciou de forma auspiciosa que não foram registradas mortes por interrupções de gestação realizadas com o controle do Estado. O tema encerrou-se quando a Igreja Católica e os partidos de oposição propuseram um referendo para derrubar a lei, mas menos de 9% do colégio eleitoral se propôs a votar. Eram necessários 25% para que seja convocado um referendo obrigatório.

A segunda lei que colocou o Uruguai na vanguarda progressista da América Latina foi a do matrimônio igualitário, de abril de 2013. A legislação permite a adoção também aos casais homossexuais e que a ordem do sobrenome dos filhos seja decidida pelos pais. O Uruguai também fez possível o ingresso de homossexuais nas Forças Armadas. A Igreja iniciou uma campanha de oposição, similar à iniciada pelo papa Francisco quando ele era cardeal na Argentina e o governo de Cristina Kirchner aprovou projeto do mesmo tipo. A opinião de Bergoglio, que considera o casamento homossexual pecaminoso, contrário à família e aos planos de Deus, foi citada pela igreja uruguaia.

A terceira lei que fez voltar os olhos para o Uruguai foi a legalização da maconha, cujas características da legislação a fazem única no mundo. Já era possível cultivar e possuir a erva para consumo individual, como em outros países, mas agora o Estado passaria a controlar produção, distribuição e venda. Como nos casos de aborto, o governo não nega os efeitos nocivos para a saúde, mas argumenta que as formas tradicionais de lutar contra o consumo e o tráfico fracassaram.

Coragem uruguaia
O "experimento" que o país empreende, segundo anunciou Mujica, tem a ver com uma nova estratégia para combater o narcotráfico e seus efeitos corrosivos nos aparatos de repressão e na vida carcerária. O presidente explicou que se trata de não dar as costas a um problema que está perante todos. Aos 78 anos, Mujica fala às pessoas da sua geração com seu característico linguajar popular e pede que o país seja valente e não abandone os jovens.

Essas leis permitem aceder a um debate internacional onde assistimos a crenças e ordens jurídicos em contínua mudança. Há um choque entre posições conservadoras, em que valores morais ou religiosos se opõem a mudanças, e posições progressistas. Estas últimas, ora apontam para um avanço de direitos para superar a discriminação de indivíduos, ora enfatizam a procura de soluções ante problemas sociais. Outras leis, como a eutanásia, aguardam para ser tratadas pelo Congresso. Mas nem tudo tem sido vitória para o governo da Frente Ampla, que sofreu um revés pelo voto negativo num referendo que buscava derrubar a lei que impede julgar os crimes da ditadura.

Na defesa das leis vemos confluir dois tipos de argumentos aparentemente contraditórios: um com ênfase no papel interventor do Estado nos problemas sociais, priorizando os mais desfavorecidos, outro mais liberal, argumentando contra a regulação estatal na vida das pessoas (homossexuais, mulheres e usuários de drogas, neste caso). Esses dois avanços atravessam transversalmente o arco político ideológico e fazem que tanto líderes provenientes da esquerda socialista, como Mujica, e personalidades mundiais do mundo liberal e empresarial defendam essas mudanças, como que outros governos da região vindos da esquerda se oponham.

O debate uruguaio encontra-se assim embaralhado: Mujica é alvo de críticas conservadoras, pelas leis mencionadas, mas também é criticado por dar continuidade a políticas econômicas que não favorecem a distribuição da renda e o acesso à terra, ou que trazem críticas de setores ecologistas.

A "Suíça" da América

Além das posições políticas rígidas, o Uruguai soube ver que era possível avançar e mostrou iniciativa. Porém, a sintonia com debates jurídicos e sociais contemporâneos não deve ser vista como uma questão de oportunismo ou casualidade conjuntural. Essas políticas possuem antecedentes.
Se revisarmos a história, veremos que o Uruguai era pioneiro em medidas relacionadas com direitos civis e a democratização da sociedade, o que junto com a forte estrutura bancária, lhe valeu o título de "Suíça" da América. Entre as leis vanguardistas está a do Divórcio, de 1907, pioneira entre os seus vizinhos e inédita em permitir que a separação fosse iniciativa feminina (a partir de 1913). A recente lei do matrimônio igualitário a modifica, permitindo também que seja o homem quem toma a iniciativa.

O Uruguai foi também o primeiro país latino-americano a permitir o voto feminino, em 1927. A primeira votante, curiosamente, foi uma brasileira de 90 anos residente no país. Com uma importante lei de educação que também foi pioneira em garantir a educação obrigatória, laica e gratuita, o país se converteria no mais alfabetizado da região, com fama de povo culto e bons índices de desenvolvimento humano. Em relação direta com o debate atual da legislação da maconha – que a Frente Ampla afirma que se estenderá a outras drogas – o Estado uruguaio regulou no princípio do século XX o consumo e venda de álcool, permitindo que os lucros sejam revertidos em saúde pública.

O presidente Batlle y Ordóñez foi quem incentivou muitas dessas reformas e, impulsionou leis trabalhistas importantes, e também perfilou um Estado laico. A tendência de separação entre o Estado e as distintas confissões de fé marcou a modernidade política da Europa, com reformas religiosas e o avanço do secularismo, mas ainda é tema de debate por distintas formas de influência da igreja na política.

O Uruguai se converteu no país mais laico da região com várias medidas que já levam mais de um século, como a regulamentação e limitação do ensino religioso, a proibição de crucifixos em hospitais e escolas, eliminação de capelães das Forças Armadas, reconhecimento do matrimônio civil e o desconhecimento do religioso, juramento dos presidentes sobre a Constituição. Apesar de contar com maioria da população de tradição católica, no Uruguai não há feriados religiosos e o Dia de Reis se chama Dia das Crianças. A Semana Santa é a Semana do Turismo e o Natal se conhece como o Dia da Família.

Diante da oposição bélica da Igreja nas últimas leis uruguaias, dá para entender a relação entre sua aprovação e a separação real entre Estado e religião. O caráter laico, inclusive, foi recentemente demonstrado por Mujica quando ele decidiu não comparecer à posse do papa Francisco. Depois, numa viagem em busca de atrair investimentos, Mujica visitou o papa, com quem comparte um estilo marcado pelos gestos de simplicidade e rejeição aos privilégios do poder – o presidente viaja em aviões comerciais, utiliza um velho fusca, doa 90% do seu salário e vive numa pequena casa rural, sem depender de cozinheiros ou empregados domésticos. Porém Mujica referiu-se em declarações posteriores à necessidade de "reformar a última corte antiga que permanece sobre a terra".

Se compararmos com o Uruguai, vamos nos deparar com as dificuldades de aprovar leis como as uruguaias no Brasil, devido às relações íntimas entre política e religião no País. Uma importante bancada parlamentarista evangélica de 80 membros, transversal aos distintos partidos, impede o tratamento parlamentar brasileiro desses temas. Basta observar que o casamento entre pessoas do mesmo sexo só foi legalizado no Brasil pela via judicial. Outro exemplo do poder de fogo da bancada religiosa foi a suspensão do material didático do MEC que trazia conteúdos contra a homofobia. É bom lembrar que o tema droga é conduzido exclusivamente no País pelas forças policiais e militares.

Apesar de serem calculadas duas mortes por dia no Brasil por abortos clandestinos, a força dos setores religiosos obrigou Dilma Rousseff e seu oponente José Serra a declarar-se contra o aborto, convertendo-se no principal tema do debate no segundo turno das eleições de 2010. Em 2007, Dilma havia manifestado seu apoio a uma descriminalização do aborto, mas saiu depois garantindo o "direito à vida". Procuravam os votos da terceira opositora concorrente da eleição, Marina Silva, que propôs um referendo sobre o tema, desde sua oposição ao aborto de acordo com a sua filiação evangélica. Segundo cálculos do Sistema Único de Saúde, 1 milhão de abortos inseguros acontecem no País por ano, e um quinto das mulheres já o fizeram alguma vez, sendo a maioria delas maiores de idade, casadas e religiosas.

Link: http://reporteralagoas.com.br/novo/?p=69809

Em Foco V

De novo, a sempre difícil Colômbia

Poucas coisas serão mais difíceis neste reino dos vivos que levar adiante e chegar a bom porto negociações entre o governo – qualquer governo colombiano – e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as FARC, o mais antigo grupo armado da América Latina.

Desta vez (e não é a primeira vez que acontece) há espaço para certa expectativa. Pode perfeitamente acontecer que, entre o momento em que estou escrevendo e o momento que você está lendo, algum fato comprove que se tratou de expectativa absurdamente injustificável. Pode perfeitamente acontecer exatamente o contrário.

Seja como for, é inegável que até agora vale dizer – atenção: até o momento em que estou escrevendo, o que não assegura que valha até o momento em que você estiver lendo – que avançou-se mais que nunca.

O que se alcançou até agora é consistente, é verdadeiro? Sim, é. E será suficiente para dar o caso, pelo menos em uma primeira etapa, como encerrado? De jeito nenhum.

Pode-se considerar que se chegou a um ponto sem volta, e que a partir de agora o caminho até um acordo final é macio feito tapete do Vaticano? Não. Nem pensar.

Pode-se confiar em um presidente como Juan Manuel Santos, de nítida tendência neoliberal, que foi ministro de Defesa de seu antecessor, Álvaro Uribe, aquele presidente de um governo fundamentalista com relação às FARC, que optou sempre pelo confronto aberto e recusou qualquer chance de diálogo?

Depende. Na melhor das hipóteses, haveria que confiar desconfiando. E anotar, cuidadosamente, cada passo dado, cada espaço conquistado, para, a partir daí, tentar vislumbrar o que vem ou poderá vir pela frente.

Agora mesmo, aconteceu outro tropeço. Melhor dizendo: tropeção. Depois de conseguir avançar em pontos especialmente delicados, o governo do presidente Santos resolveu forçar os limites. Pressionado pela oposição, ele decidiu que o acordo de paz será submetido a plebiscito popular junto com as eleições legislativas, em março do ano que vem, ou com as presidenciais, marcadas para dois meses mais tarde. Uma forma evidente de colocar um prazo para que as negociações resultem num acordo, ou sejam suspensas. A questão do prazo havia sido arduamente negociada antes das conversas que acontecem em Havana: a guerrilha não queria de forma alguma que as negociações aconteçam debaixo desse tipo de pressão do calendário.

Na segunda-feira, dia 26 de agosto, as conversas foram retomadas, depois de uma pausa pedida pela guerrilha. Essa retomada coincidiu com o primeiro aniversário da firma de um 'acordo geral' que pretende pôr um ponto final a um conflito que leva mais de meio século e provocou a morte de mais de 200 mil pessoas, das quais pelo menos 180 mil são vítimas civis, sem nenhum vínculo com a guerrilha ou com as forças armadas. Foi a partir desse 'acordo geral' que as negociações tiveram início, em novembro passado, em Havana, tendo como avalistas, além de Cuba, o Chile, a Venezuela, a Nicarágua e a Noruega.

As FARC defendem que, muito mais que plebiscito, se convoque uma Assembléia Constituinte para redigir uma nova Carta que inclua os acordos de paz alcançados e debata os pontos que não obtiverem consenso nas negociações entre guerrilha e governo.

A retomada das negociações acontece numa etapa considerada de vital importância: é a que trata dos mecanismos que serão adotados para permitir, uma vez que se chegue a um acordo final, a participação na política dos integrantes das FARC depois que forem desmobilizados.

Vale recordar que as atuais negociações começaram dez anos depois da última tentativa. Houve negociações

durante o governo de Belisário Betancour, depois com César Gaviria, depois com Andrés Pastrana. Álvaro Uribe preferiu partir para o confronto direto, com o apoio pleno dos Estados Unidos: em vez de dialogar, optou por tratar as FARC como organização criminosa. É bem verdade que durante sua presidência a guerrilha sofreu perdas significativas, mas nada que fosse capaz de mudar o quadro de fundo, que é o da violência permanente.

Juan Manuel Santos retomou as negociações, deixando claro que não transigiria além de um limite pré-estabelecido, mas que estava disposto a dialogar. As FARC responderam no mesmo tom. E é assim que acontecem as reuniões em Havana, com um lado reiterando que não aceitará condições do outro, e o outro respondendo no mesmo tom: as bases do diálogo estão assentadas naquele remoto 'acordo geral' de agosto do ano passado.

Por enquanto, está funcionando: pelo menos se conversa. Agora mesmo, no impasse entre o plebiscito requerido pelo governo e a convocação de uma Constituinte requerida pela guerrilha, os dois lados resolveram suavizar o clima. O governo disse que se trata de uma 'divergência técnica', e a guerrilha fez de conta que acreditou.

Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=22584

Espaço Aberto I

Mídia e Questão Social: o recrudescimento do sistema penal no contexto neoliberal

Laila Freire Aurore Romão*

"O medo é a moda desta triste temporada.
A cor dessa estação é cinza como o céu de estanho."
Zeca Baleiro

Desenvolvido no Programa de Estudos de América Latina e Caribe – PROEALC, o trabalho "Mídia e Questão Social: O Recrudescimento do Sistema Penal no Contexto Neoliberal" é fruto das investigações realizadas no projeto de pesquisa "Mídia e Questão Social no Cenário Neoliberal". O objetivo dessa pesquisa é analisar de que maneira a mídia contribui para o processo de criminalização da questão social e dissimulação das relações sociais. Além disso, analisamos e entendemos a forma pela qual os mecanismos punitivos atuam como instrumentos que mascaram os reais conflitos sociais subjacentes.

Um aspecto fundamental, que constitui o cerne de nossa análise, é o processo de construção do consenso, com relevante participação dos meios de comunicação no que tange à produção de sentidos e significados. Para isso, partimos da concepção que entende a mídia como aparelho privado de hegemonia. O nosso foco é a investigação do papel desempenhado pela grande mídia na construção e difusão das subjetividades punitivo-penais, que, a partir da objetificação da figura do "outro" e construção de estereótipos associados a uma identidade criminosa, embasam o fortalecimento de um Estado Penal, seletivo em sua essência, que vitimiza sistematicamente grupos vulneráveis, representativos dos "perigosos" da sociedade. Como aponta Vera Malaguti Batista (2009), os "criminalizáveis" de cada sociedade se fundam *na necessidade de ordem numa perspectiva de luta de classes1*.

A partir de nossos estudos, constatamos a atuação da mídia no sentido de legitimação do sistema penal e destacamos seu papel no tocante à naturalização do alto índice de letalidade e das violações aos direitos humanos, bem como do encarceramento em massa, sobretudo da juventude negra, decorrentes de medidas

1 BATISTA, Vera Malaguti. Criminologia e política criminal. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 1, 2009. p. 23.

tomadas em nome da "segurança pública", em especial nos grandes centros urbanos brasileiros. Percebemos como as subjetividades punitivo-penais operam como articuladoras de um pensamento geral que clama por punição e configuram pobres e negros como o objeto de medo, estereótipos do perigo e, portanto, potencialmente criminosos. Assim, em nome da "segurança da sociedade", legitimam-se, a partir dessa construção, o encarceramento, controle e extermínio dos ditos "perigosos". O Mapa da Violência de 2012 confirma essa realidade, ao constatar aumento no índice de homicídios de jovens negros em paralelo à expressiva redução da mesma taxa de jovens brancos.2

A metodologia utilizada para a realização desse trabalho consiste no acompanhamento diário de notícias em jornais e revistas online e impressos, além da realização de Grupos de Estudos semanais, nos quais discutimos e fichamos bibliografias e filmografias relacionadas a temas que versam sobre processos políticos, papel da mídia e sistema penal no cenário neoliberal, dentre outros temas ligados aos direitos humanos.

*** Graduanda em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC;**

Espaço Aberto II

A regressão da cidadania no contexto do empresariamento urbano

Augusto Maciel Waga*
Rhaysa Ruas Sampaio da Fonseca**

O presente artigo resulta de nossa participação na 22a. Semana de Iniciação Científica da UERJ. Cientes do compromisso da universidade pública com um projeto social emancipatório, procuramos, com a pesquisa, resgatar os sentidos de um debate central no ordenamento capitalista: a criminalização da pobreza. Todavia, mesmo para aqueles que se propõem a enfrentá-lo, ainda podemos perceber uma falta de fôlego e compreensão da conjuntura neoliberal e suas perversas consequências para a América Latina. Com este propósito, procuramos desvendar as diferentes formas de enfrentamento da chamada *questão social* nos dias atuais, a partir da "ascensão irrestível do Estado de Polícia", em que se verifica um enfoque às políticas de segurança pública acompanhadas de uma regressão da cidadania e da garantia de direitos. Em outras palavras, como nos lembra Wacquant (2011), a construção do *Estado Penal*, em substituição ao *Estado Providência*.

Temos como pressuposto que a mídia, como aparelho privado de hegemonia, possui centralidade na construção do consenso sobre as políticas sociais, uma vez que se articula organicamente com o Estado. Fundamental lembrar que, nos dizeres de Gramsci, a classe sempre se torna dominante antes de ser dirigente, ou seja, quando ocupa de fato a sociedade política. Por isso, a mídia é um patamar fundamental de mediação para a hegemonia com a construção do consenso.

Nossa pesquisa, a partir do banco de dados, acessível a todos por meio do site do PROEALC (http://www.proealc.uerj.br) teve como linha mestra a questão do crack no Rio de Janeiro e a chamada "política de internação compulsória". A própria indefinição de seu conceito é uma marca do consenso sobre a política social como tutela e criminalização, em que a cidadania é completamente negada aos usuários de droga.

Para entendermos essa forma de enfrentamento do Estado na *questão social*, devemos entender a conjuntura social e política que delineia a construção de um projeto urbano que nega o acesso a mobilidade e participação desses sujeitos. Com a hegemonia do capital financeiro, a cidade, não entendida como espaço de convivência dos cidadãos, passa a ocupar a posição de uma empresa, não somente de mercadoria, como é

2 WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo, 2011. p. 60 – 65. Segundo aponta o estudo, o índice de vítimas de mortes violentas diminuiu em 27,5% entre a população branca, enquanto o de negros cresceu 23,4%. Em 2010, por exemplo, morreram, proporcionalmente, 139,1% mais negros que brancos. Nesse mesmo ano, 74,6% das vítimas de homicídio correspondiam a jovens negros.

comum à ordem do capital, em que seu valor de uso é desconsiderado em detrimento de seu valor de troca (VAINER, 2002). Em outras palavras: o espaço da cidade precisará ser "revitalizado" para atender a exigências de milionários projetos imobiliários e o Estado precisará reconfigurar a política urbana, nos marcos do empresariamento urbano (HARVEY, 1996). O Estado se configurará como empresa, e todos aqueles que se colocarem contrários a este projeto hegemônico deverão ser eliminados, não serão incorporados a sua lógica: são os que Robert Castel (2010) chama de "supranumerários" ou "inúteis para o mundo", em um contexto de acumulação flexível e desemprego estrutural, que não serão absorvidos pelo projeto da cidade-pátria.

Portanto, a aliança de classes (dirigente e dominante) coloca a mídia em um papel central de construção do consenso, e essa conjugação promove as políticas de internação compulsória e o higienismo como política pública, em pleno século XXI. O mito das classes perigosas é revisitado, e o medo é uma estratégia fundamental. Como ressalta Chaui (2006): "em uma sociedade que não pode tolerar a manifestação explícita das contradições (...) a luta de classes se exprime como medo". Percebemos uma notável avalanche privatista e de financeirização dessas políticas, principalmente ligada à privatização do SUS como uma tendência hegemônica, que vem se construindo, principalmente com a "bolsa crack" em São Paulo. Por isso, apoiamos e neste espaço divulgamos a mensagem da Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, importante movimento da luta antimanicomial: "Internação forçada não! Investir no SUS é a solução!"

Referências bibliográficas:

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2010.

CHAUI, Marilena. Direitos Humanos e Medo In:_____. *Simulacro e Poder – uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

HARVEY, David. Do Gerenciamento ao Empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: *Espaço e debate*: São Paulo, n. 39, 1996.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

*** Graduando em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC;**
**** Graduanda em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC;**

Espaço Aberto III

Conflitos territoriais no campo brasileiro: causas da disputa entre proprietários, Estado e comunidades tradicionais

Danilo Rocha Cerqueira*

O trabalho em tela é oriundo da linha de pesquisa "Processos Políticos na América Latina", apresentado este ano na 13ª Semana de Graduação da 24ª UERJ Sem Muros e tem por objetivo analisar principalmente após a década de 80, onde e como os grandes projetos modernistas neoliberais começam a entrar no Brasil e se apropriar de territórios até então "improdutivos", isto resultará em conflitos territoriais sobretudo no campo brasileiro, onde se encontra a grande maioria das comunidades tradicionais. Nesse sentido atentamos para os

motivos históricos e contemporâneos da luta indígena no processo de (des) e (re) territorialização de suas terras, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

As ocupações ou desapropriações de terras causada pelo Estado e proprietários rurais ocorrem por inúmeros interesses relacionados ao projeto global neoliberal, onde cada Estado deve, por acordo, destinar fatias de seu território ao desenvolvimento do capital internacional, ou seja a divisão internacional do trabalho, para produção de matérias necessárias na manutenção de sua estrutura capitalista global. Como o povoado indígena não se enquadra e nunca se enquadrou no modelo desenvolvimentista ocidental, eles são considerados um "retrocesso" a este processo modernista. Nesse sentido a disputa por terras se torna ponto chave para entendermos os conflitos existentes no campo brasileiro, de um lado o Estado e os proprietários de terras querendo dar usos "modernos" as terras (construção de hidrelétricas, modernização agrícola, áreas de mineração, grandes vias de circulação, etc) por outro, os indígenas, buscando sua (re)afirmação, sua identidade, no intuito de desconstruir o padrão de vida moderno, acentuando suas ancestralidades, dando novos usos e significados à terra.

Após a constituição de 1988, símbolo da redemocratização do país, alguns pontos pertinentes às questões étnicas e a ambientais foram consideradas na agenda política brasileira, onde o reconhecimento de outros povos fora dos padrões modernistas começou a ser "avaliado". Isso irá acentuar a disputa territorial no campo, sobretudo na questão agrária, onde as comunidades tradicionais, cada vez mais organizadas e politizadas, através de lutas pautadas no caráter emancipatório irão disputar esses territórios, usando como argumento as Identidades Coletivas com o território e seu "Direito Étnico". Isto perpassa desde a necessidade de subsistência das comunidades tradicionais até suas práticas, memórias e tradições antigas.

Esta estratégia das identidades territoriais, será o diferencial na luta das comunidades tradicionais, pois irão ultrapassar o sentido estreito de uma organização sindical, por exemplo, incorporando valores étnicos e critérios ecológicos. Sendo assim o território se torna fundamental na reprodução dos modos de vida tradicionais.

Bibliografia:

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro, RJ, EdUERJ, 1999, p.169-189.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004, 400 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geo-grafías. Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y sustentabilidad (México: Siglo XXI), 2001.

_____. "Latifundios Genéticos y existencia indígena" en Revista Chiapas (México, UNAM/Ediciones Era), Nº14.

CRUZ, Valter do Carmo. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In:

ARAÚJO, Frederico G. Bandeira; HAESBAERT, Rogério (org.). Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: ACCESS, 2007.

*** Graduando em Geografia/UERJ e bolsista do PROEALC.**

Espaço Aberto IV

Democracia e segurança pública: a naturalização da violação dos direitos humanos com a expansão do Estado penal

Lydia de Freitas Vianna*

O trabalho em tela é oriundo da linha de pesquisa "Cultura Política e questão Social - uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI", apresentado na 13ª Semana de Graduação da 24ª UERJ Sem Muros, tendo como objetivo a apreciação do enfrentamento da questão social na nossa atualidade, com foco na atuação do aparelho estatal em um processo de pacificação. Abarcamos a chamada cultura política brasileira, construída com base no legado de comportamentos autoritários por parte do Estado deixado pela Ditadura Militar.
Avaliamos o processo de naturalização da aplicação de medidas violentas e violadoras dos direitos humanos por parte do Estado brasileiro. Assim, analisamos essas reiteradas práticas antidemocráticas utilizadas para o controle estatal, tendo como paradigma expansão da criminalização e do Estado penal, o que acaba por gerar a banalização da aplicação da autoridade e violência estatais na promoção da pacificação e da garantia da segurança pública.

Apontamos, também, a administração do medo por meio de instâncias estatais, que o utilizam como meio probante e justificante de sua atuação, pois,

> "...o que se afirma é que o medo recíproco entre os homens e os crimes que cometem uns contra os outros jamais terão fim se não for instituída uma instância, separada deles e superior a eles, à qual se possa conferir o direito do exercício da coerção e da vingança impessoais, cuja consecução depende da clara definição dos direitos e deveres dos homens enquanto indivíduos vivendo em sociedade, mas também da clara definição de a quem cabe exercer o direito de coerção e a vingança impessoais, ou seja, os direitos do homem enquanto individuo são inseparáveis de seus direitos enquanto cidadão, o qual confere ao Estado o direito ao "uso legal da violência", para citarmos Weber."3

Tivemos como foco a cidade do Rio de Janeiro contemporânea e as formas de enfrentamento da questão social, principalmente no que tange à atuação policial e sua legitimidade para tal. Percebemos claramente a herança autoritária de nosso Estado na sua relação com os movimentos sociais e com grupos minoritários de nosso corpo social, que claramente criminaliza aqueles que incomodam o corpo social.

O tema constitui assunto de grande relevância e matéria em voga atualmente, principalmente com a instalação de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) nos últimos anos, que teria como função a "pacificação

3 CHAUI, Marilena. Simulacro e poder Uma análise da mídia. Fundação Perseu Abramo. 2° reimpressão. São Paulo. 2010. Pg 93 e 94

social", que é obtida (ou não) através de práticas violadoras dos direitos humanos, pois, através de estudo realizado pelo ISP (Instituto de Segurança Pública), percebemos um aumento na taxa de desaparecimentos nas favelas após a instalação das UPPs4. Utilizamos como metodologia o estudo bibliográfico sobre o assunto e pesquisa cotidiana dos principais meios de comunicação, coletando e analisando dados de sítios da internet. Concluímos que a chamada "questão social" acaba sendo enfrentada de modo militarizado e desmedido, violando claramente nossos princípios democráticos.

*** Graduanda em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC.**

Espaço Aberto V

Os rumos e o caráter das recentes manifestações de rua na América do Sul e as suas acepções diante da conjuntura regional e do projeto de integração

Hugo Macedo de Araújo*

"A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar"
Chico Buarque

O objetivo do trabalho apresentado na 24ª UERJ sem muros foi traçar um panorama a respeito do nível de envolvimento das massas que vão às ruas com o tema da integração continental na América do Sul, dissertando sobre qual seria a correlação de forças dentro das manifestações recentes em diversos países do continente que possibilitasse a discussão sobre a temática da integração e quais seriam os projetos em disputa, e onde cada um deles é mais forte.

A partir do acompanhamento de notícias recentes dos países latino-americanos, sobretudo na região da América do Sul, e a leitura de textos a respeito do tema da integração continental na América do Sul, foi possível inferir resoluções sobre o grau de discussão a respeito desse ponto.

Em junho desse ano, os brasileiros presenciaram uma convulsão social que se traduziu em diversas manifestações, que não se viam há anos, em milhares de cidades do país. Entretanto, não são apenas os brasileiros que vão às ruas. Argentina, Chile, Paraguai, Venezuela e outros, também presenciaram manifestações de massa, cada qual com sua devida dimensão. Tendo em vista que essas nações compartilham o mesmo território continental, e vivem em realidades e contextos semelhantes, estando inseridas em projetos, programas e teorias que almejam a efetivação de uma integração econômica, política e cultural; as diferentes manifestações que ocorreram nesses países apontam para um quadro que possibilite alguma discussão sobre a temática da integração? A resposta para esse questionamento se apóia na análise particular do momento político vivido por cada país.

O fato é que, no Brasil, as manifestações de junho assumiram uma dimensão gigantesca; talvez do ponto de vista quantitativo, foi um contingente inédito de pessoas indo às ruas. No entanto, ao contrário de outras mobilizações históricas do país, não havia uma grande bandeira que unificasse de forma tão orgânica os manifestantes, o que acabou transformando o momento em uma oportunidade dos brasileiros desabafarem e denunciarem o que acham que está errado no país (o discurso comum era sempre atacando a corrupção e a

4 Disponível em < http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/03/desaparecimentos-aumentaram-em-favelas-do-rio-apos-inicio-das-upps.htm> Acesso em 29/09/2013

classe política do país). Por esse caráter difuso, espontâneo e momentâneo das mobilizações, não houve a assunção de um cunho de contestação estrutural do modelo político, econômico e social preconizado pela ordem vigente. Por conseguinte, não houve a possibilidade de se colocar na ordem do dia, o tema da integração continental na América do Sul e o debate entre os diferentes projetos. Inspirados na mobilização brasileira, os Paraguaios, mesmo que em menor número e proporção, também foram às ruas em Assunção. A insatisfação dos paraguaios também se traduziu, majoritariamente, em palavras de ordem contra a corrupção e a classe política do país, o que também não apontou para uma discussão mais aprofundada sobre a ordem capitalista e a necessidade de um projete de integração continental mais à esquerda. Já Argentina, Chile e Venezuela vivem um momento político de polarização e disputa mais franca de hegemonia, sobretudo a Venezuela. Nicolas Maduro (herdeiro político de Chávez) e Cristina Kirchner enfrentam oposição ferrenha das camadas médias de seus países ao mesmo tempo que possuem o apoio dos segmentos desfavorecidos. Já Sebastian Piñera, no Chile, vem enfrentando forte oposição dos movimentos sociais, sobretudo, do movimento estudantil, que vai às ruas pleitear um ensino superior público. Devido ao nível de polarização nesses países, o debate sobre integração continental na América Latina está na ordem do dia, principalmente na Venezuela, cujo nome oficial (República Bolivariana da Venezuela) faz alusão a um dos idealizadores do pan-americanismo, Simon Bolívar.

Fontes:

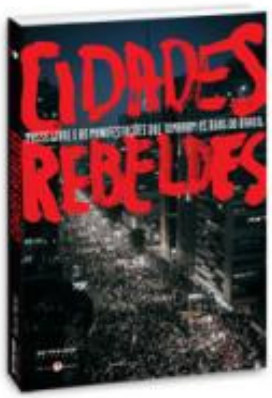
Portal Terra, Junho 2013: http://noticias.terra.com.br/mundo/america-latina/

O Povo, Junho 2013:http://www.opovo.com.br/

G1, Junho 2013:http://g1.globo.com/

*** Graduando em Ciências Sociais/UERJ e bolsista do PROEALC.**

Livros/Lançamentos



David Harvey, Ermínia Maricato, Slavoj Žižek, Mike Davis et. al. Cidades *Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2013

Na esteira dos recentes protestos que abalaram o país, a Boitempo lança Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Trata-se do primeiro livro impresso inspirado nos megaprotestos que ficaram conhecidos como as Jornadas de Junho, além de ser o principal esforço intelectual até o momento de analisar as causas e consequências desse acontecimento marcante para a democracia brasileira. Escrito e editado no calor da hora, em junho e julho, Cidades rebeldes é um livro de intervenção, que traz perspectivas variadas sobre as manifestações, a questão urbana, a democracia e a mídia, entre outros temas.

Participam dessa coletânea autores nacionais e internacionais, como Slavoj Žižek, David Harvey, Mike Davis, Raquel Rolnik, Ermínia Maricato, Jorge Souto Maior, Mauro Iasi, Silvia Viana, Ruy Braga, Lincoln Secco, Leonardo Sakamoto, João Alexandre Peschanski, Carlos Vainer, Venício A. de Lima, Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira. Paulo Arantes e Roberto Schwarz assinam os textos da quarta capa. O livro também conta com um ensaio fotográfico do coletivo Mídia NINJA e ilustrações sobre as manifestações de Laerte, Rafael Grampá, Rafael Coutinho, Fido Nesti, Bruno D'Angelo, João Montanaro e Pirikart, entre outros.

O lançamento pretende contribuir com o debate iniciado pelo Movimento Passe Livre (MPL) – o MPL-SP participa da coletânea com um artigo –, ajudando a consolidar suas bases teóricas e práticas. Nesse sentido, Cidades rebeldes reúne o pensamento crítico independente para refletir os fatos recentes, em meio a uma disputa de interpretações das vozes rebeldes, que se estendeu inclusive às ruas. Raquel Rolnik, na

apresentação do livro, pensa as manifestações "como um terremoto que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos".

Nesse sentido, os autores apontam várias agendas como o epicentro do terremoto. Para Ruy Braga, que analisa os operadores de telemarketing como um fenômeno expressivo do mercado de trabalho brasileiro na última década, as manifestações são revoltas de quem está empregado, mas não vê perspectivas para o futuro decorrentes desse trabalho. "A satisfação trazida pela conquista do emprego formal e pelo incremento da escolarização choca-se com um mercado de trabalho em que 94% dos novos postos pagam até 1,5 salário-mínimo. Sem mencionar as precárias condições de vida nas periferias das cidades e a violência policial que persegue as famílias trabalhadoras, no intervalo de uns poucos anos pudemos constatar que a vitória individual transformou-se em um alarmante estado de frustração social", afirma o sociólogo.

Nas palavras de Carlos Vainer (parafraseando Mao Tse Tung), "uma fagulha pode incendiar uma pradaria" e, no caso brasileiro, essa fagulha foi a mobilização contra o aumento da tarifa nos transportes públicos convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL), que afirma em sua contribuição à coletânea que a circulação livre e irrestrita é um componente essencial do direito à cidade que as catracas – expressão da lógica do transporte como circulação de valor – bloqueiam. João Alexandre Peschanski, compartilhando dessa visão, analisa a proposta da tarifa zero, sua apropriação possível pelo sistema capitalista e, ao mesmo tempo, seu potencial transformador da sociedade. Já Mike Davis analisa as origens da hegemonia dos utilitários no trânsito (cada vez mais parecidos com veículos de guerra, verdadeiros casulos de proteção) atribuída ao crescente medo da classe média a partir da década de 1990. "Essa tendência irresistível aponta para uma militarização das rodovias conduzida pelos utilitários, em sincronia com uma militarização e uma imobilização mais amplas do espaço urbano", aponta Davis.

David Harvey teoriza sobre a liberdade da cidade que, segundo ele, é muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade de acordo com o desejo de nossos corações. "A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos".

Nas ruas, o direito à mobilidade se entrelaçou fortemente com outras pautas e agendas constitutivas da questão urbana no Brasil, como o tema dos megaeventos e suas lógicas de gentrificação e limpeza social, tema analisado pela urbanista Ermínia Maricato. O texto de Silvia Viana aponta para uma diferença substantiva que se estabeleceu nas interpretações – e apresentações – das manifestações: a clivagem entre "pacíficos" e "baderneiros". Como em outros snapshots da guerra de significados, a ocupação da cidade foi disputada por diferentes sentidos e ideologias. A tropa de choque, que no cotidiano executa pessoas sumariamente nas favelas e realiza despejos jogando bombas de gás nos moradores, entrou e saiu de cena ao longo das manifestações, lembrando que, no país próspero e feliz, a linguagem da violência ainda é parte importantíssima do léxico político. É também nesse sentido que o artigo de Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira sobre o Rio de Janeiro demonstra a relação entre um projeto excludente de cidade e a militarização dos territórios populares.

O jurista Jorge Luiz Souto Maior reflete sobre o direito social e a descriminalização dos movimentos sociais no esforço de superar a noção retrógrada de que a questão social trata-se de "caso de polícia". "Ocorre que, adotando-se os pressupostos jurídicos atuais, os movimentos sociais, quando se mobilizam em atos políticos para lutar por direitos, não estão contrários à lei. Além disso, não podem ser impedidos de dizer que determinadas leis, sobretudo quando mal interpretadas e aplicadas, têm estado, historicamente, a serviço da criação e da manutenção da intensa desigualdade que existe em nosso país".

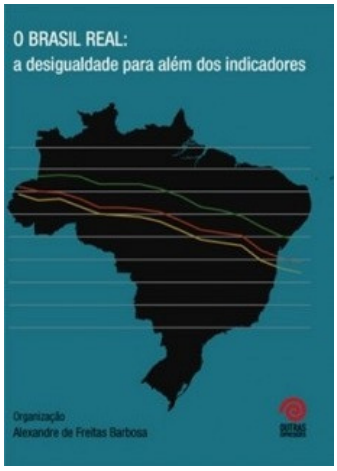
Desilusão/denúncia em relação à democracia e as formas de expressão pública? Na chamada agenda da "crise de representação" novamente convergem pautas e leituras contraditórias. A questão da representação não envolve apenas a crise dos partidos e da política e, portanto, a necessidade de uma reforma política, uma das principais agendas das ruas. Segundo Venício A. de Lima, "os jovens manifestantes se consideram 'sem voz pública', isto é, sem canais para se expressar"

Qual a conexão entre o movimento no Brasil e outros tantos do planeta, como o que ocorreu ao mesmo tempo em Istambul, a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, os Indignados da Espanha? Esses movimentos levaram a protestos majoritariamente compostos por jovens, convocados por meio de redes sociais, sem a

presença de partidos, sindicatos e organizações de massa tradicionais. Slavoj Žižek analisa essa questão com maestria em seu ensaio. Nos diversos países citados, assim como nas cidades brasileiras, os modelos de desenvolvimento e as formas de fazer política estão em questão

De acordo com Leonardo Sakamoto, a "civilização representada por fuzis, colheitadeiras, motosserras, terno e paletó [...] mais cedo ou mais tarde terá de mudar". O velho modelo de república representativa, formulado no século XVIII e finalmente implementado como modelo único em praticamente todo o planeta, dá sinais claros de esgotamento. O leitor deste conjunto de artigos provavelmente concordará que a voz das ruas não é uníssona. Trata-se de um concerto dissonante, múltiplo, com elementos progressistas e de liberdade, mas também de conservadorismo e brutalidade, presentes na própria sociedade brasileira.

Rolnik prevê que as propostas alternativas ao modelo dominante precisarão ter seu tempo de formulação e experimentação. "Temos que aprender a não nos assustar com isso também, e, como diz Mauro Luis Iasi: 'Devemos apostar na rebelião do desejo. Aqueles que se apegarem às velhas formas serão enterrados com elas'".



BARBOSA, Alexandre de Freitas. *Brasil Real: A Desigualdade para Além dos Indicadores*. São Paulo, Outras Expressões, 2013.

O 'BRASIL REAL - desigualdade para além dos indicadores' reexamina indicadores de pobreza e desenvolvimento no Brasil. Para os autores, o padrão de desenvolvimento adotado pode assegurar crescimento econômico e até ampliação das transferências de renda, mas não se mostra eficiente para enfrentar o persistente abismo da desigualdade.

Desenvolvimento, desigualdade e pobreza são temas recorrentes na agenda pública do Brasil. A pesquisa abre, segundo seus autores, um caminho para compreender o contraste entre os holofotes do crescimento e a real vulnerabilidade de boa parte da população brasileira. Contrariando o consenso estabelecido, os pesquisadores constataram (entre outras descobertas), que os programas de transferência de renda, apesar de representarem um avanço importante, não tocaram na desigualdade estrutural.

Ao invés de analisarem apenas a queda da desigualdade de renda para o conjunto do Brasil, mostraram as diferenças entre áreas urbanas e rurais, grandes regiões e estados, já que distância entre ricos e pobres apresenta diversas configurações espaciais. Enfim, uma pesquisa empírica que não se exime de enfrentar os desafios políticos e sociais do país.

A pesquisa e o livro contaram com o apoio dos seguintes parceiros da Christian Aid no Brasil: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Centro Ecumênico Evangelização, Capacitação e Assessoria, Comissão Pró-Índio de São Paulo, Instituto de Estudos Socioeconomicos, Koinonia, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Sempre Viva Organização Feminista.

A equipe responsável é multidisciplinar e composta por: Alexandre de Freitas Barbosa, organizador da pesquisa, doutor em economia pela Unicamp e professor de História Econômica e Economia Brasileira do Instituto de Estudos da USP; Gustavo Gomes de Freitas, matemático, economista e professor dos Departamentos de Economia da PUC-SP e da Universidade Mackenzie; Monika Dowbor, doutoranda do Departamento de Ciência Política da USP; Ricardo L. C. Amorim, economista e doutor em desenvolvimento econômico pela Unicamp; Rogério Jerônimo Barbosa, mestre em Sociologia pela USP e pesquisador do Cebrap; Victor Callil, pesquisador do Cebrap e mestrando em Sociologia pela USP."

CONGRESSO INTERNACIONAL "PUEBLOS INDÍGENAS DE AMÉRICA LATINA, SIGLOS XIX-XXI

Data: 28 a 31 de outubro de 2013
Local: Instituto Cultural Oaxaca na Cidade de Oaxaca, México.
Link:
http://www.congresopueblosindigenas.org/index.php?option=com_content&view=article&id=164&Itemid=671&lang=pt

O Congreso Internacional "Pueblos indígenas de América Latina, siglos XIX-XXI" convocam para o Primeiro Congresso Internacional"Os povos indígenas da América Latina, séculos XIX-XXI. Avanços, perspectivas e desafios", que se realizará de **28 a 31 de outubro de 2013** e que terá como sede o Instituto Cultural Oaxaca na cidade de Oaxaca, México.

Este encontro busca fortalecer a cooperação e a troca de experiências entre acadêmicos e profissionais da América Latina, Estados Unidos e Europa que trabalhem com e sobre os povos indígenas latino-americanos desde as perspectivas da história, da etno-história, da antropologia e ciências afins, assim como com a elaboração e implementação de políticas para o desenvolvimento social ou a conservação do patrimônio cultural de tais povos. Também se busca conhecer e compartilhar os avanços e descobertas produzidos recentemente em matéria de conhecimento, os temas novos ou permanentes que estão sendo estudados, as perspectivas epistemológicas utilizadas e as diversas metodologias empregadas para a análise e o trabalho da questão indígena em diversos momentos e âmbitos de sua história.

O Congresso se realizará durante três dias, com seis momentos de trabalho (manhã e tarde), que serão organizados a partir de simpósios temáticos agrupados nos grandes temas do Congresso:

- Movimentos sociais e resistência
- Educação
- Estudos em torno do pós-colonialismo
- Terras
- Territorialidades
- Identidades
- Indigenismo
- Multiculturalismo
- Interculturalidade
- Visões sobre cidadania
- Recursos naturais
- Migração
- Gênero

Na **1ª. Circular** do Congresso será emitida a Convocatória contendo as datas, detalhes e formatos para inscrever simpósios temáticos.
A **2ª. Circular** será a convocatória para a inscrição de comunicações livres nos simpósios aprovados pelo Comitê organizador.
A Convocatória se fará pública com a ajuda das instituições participantes, através de sua difusão pelos meios eletrônicos e pelo site do Congresso.

www.congresopueblosindigenas.org
Para qualquer informação, dirigir-se ao seguinte e-mail:

congreso.pueblos.indigenas@gmail.com

VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIREITOS DIREITOS E SAÚDE E XII SEMINÁRIO NACIONAL DIREITO E SAÚDE

Data: 08 e 09 de outubro de 2013
Inscrição: 05/09 a 07/10 até às 12h
Link: seminariodihs2011@ensp.fiocruz.br
Tel: (21) 3882-9222 ou 3882-9223.

O Grupo Direitos Humanos e Saúde Helena Bessarman (Dihs) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) realizará, durante os dias 08 e 09 de outubro de 2013, na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), o VII Seminário Internacional Direito e Saúde e XII Seminário Nacional Direito e Saúde: Produção do Conhecimento e os Movimentos Sociais na Construção dos Direitos Humanos em Saúde. O encontro visa debater, entre pesquisadores, educadores e estudantes, assuntos relacionados à saúde, democracia, direitos humanos e justiça.

Organização:

Grupo Direitos Humanos e Saúde Helena Besserman (Dihs) e Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental (Laps) da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) / Casa de Oswaldo Cruz (COC) / Centro de Pesquisa René Rachou (CpqRR) / Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) / Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas (Ipec) / Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) / Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) / Escola Superior de Advocacia (ESA) / Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ) / Centro Payson de Desenvolvimento Internacional – Tulane University / Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra/PT.

Realização: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)

Não há cobrança de taxa de inscrição.
Serão emitidos certificados.

Observações: Não há cobrança de taxa de inscrição. Serão emitidos certificados e haverá contagem de 16 horas para estágio OAB para os alunos de Direito.

Expediente
Reitor
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Prof. Paulo Roberto Volpato Dias
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Dr. Léo da Rocha Ferreira
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editoras Responsáveis
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Andreia de Souza Carvalho

Coordenação de Produção
Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Maria José Martins da Silva (PROEALC/CCS/UERJ)
Danilo Rocha Cerqueira (PROEALC/CCS/UERJ)
Colaboradores
Augusto Maciel Waga (PROEALC/CCS/UERJ)
Danilo Rocha Cerqueira (PROEALC/CCS/UERJ)
Hugo Macedo de Araújo (PROEALC/CCS/UERJ)
Laila Freire Aurore Romão (PROEALC/CCS/UERJ)
Lydia de Freitas Vianna (PROEALC/CCS/UERJ)
Rhaysa Ruas S. da Fonseca (PROEALC/CCS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Assessoria de Informática
Victor Hugo Cardoso Palmeira (ISERJ/FAETEC)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.